

CARACTERÍSTICAS DA ECONOMIA SOLIDÁRIA NA SAÚDE MENTAL: REVISÃO INTEGRATIVA DA LITERATURA

CHARACTERISTICS OF SOLIDARITY ECONOMY IN MENTAL HEALTH: INTEGRATIVE LITERATURE REVIEW

CARACTERÍSTICAS DE LA ECONOMÍA SOLIDARIA EN LA SALUD MENTAL: REVISIÓN INTEGRATIVA DE LA LITERATURA

Lyandra Caroline Feisther¹
Jeferson Rodrigues²
Cristine Moraes Roos³
Helena Moraes Cortes⁴
Sarah Soares Barbosa⁵

RESUMO: A pessoa em sofrimento psíquico necessita de alternativas para inclusão social, e uma delas no Brasil é o trabalho em empreendimentos de Economia Solidária. O objetivo deste estudo é descrever as características das produções científicas relacionadas à economia solidária na saúde mental e enfermagem. Método: revisão integrativa da literatura nas bases BDNF, CINHAI, EMBASE, LILACS, PsycINFO, PubMed/MEDLINE, SciELO, Scopus, Web of Science, cobrindo o período de 2001 a 2021. Foram incluídos 20 artigos em português, inglês e espanhol. Resultados: as publicações de 2006 a 2020, predominantemente da região Sudeste do Brasil, focam na trajetória das políticas públicas de economia solidária e saúde mental, e na inclusão social através da reabilitação psicossocial. A pesquisa qualitativa predominou, com participantes sendo usuários(as) da saúde mental. Psicologia e Terapia Ocupacional foram os profissionais com mais publicações, seguidos pela enfermagem. O Centro de Atenção Psicossocial II é o dispositivo da RAPS mais destacado. Conclusão: para a economia solidária ser uma estratégia eficaz, é necessária formação técnico-política e apoio financeiro das esferas governamentais. A enfermagem, embora produtora científica na área, ainda não explorou seu papel específico, sugerindo maior envolvimento técnico-político no ensino e serviços da profissão para integrar saúde mental e economia solidária.

Palavras-chave: Economia solidária. Saúde Mental. Enfermagem.

¹Enfermeira Residente em Saúde Mental, Atenção e Reabilitação Psicossocial pela Universidade do Extremo Sul Catarinense.

²Professor Doutor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina.

³Professora Doutora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁴Professora Doutora do Departamento de Enfermagem da Universidade Federal de Santa Catarina.

⁵Pesquisadora em Promoção da Saúde no Centro de Inovação do SESI/SC.

ABSTRACT: Individuals experiencing psychological suffering need alternatives for social inclusion, one of which in Brazil is working in Solidarity Economy enterprises. This study aims to describe the characteristics of scientific productions related to the solidarity economy in mental health and nursing. Method: integrative literature review from the databases BDNF, CINHALL, EMBASE, LILACS, PsycINFO, PubMed/MEDLINE, SciELO, Scopus, Web of Science, covering the period from 2001 to 2021. Twenty articles in Portuguese, English, and Spanish were included. Results: Publications from 2006 to 2020, predominantly from the Southeast region of Brazil, focus on the trajectory of public policies involving the solidarity economy and mental health, and on social inclusion through psychosocial rehabilitation. Qualitative research predominated, with participants being mental health users. Psychology and Occupational Therapy were the most published professionals, followed by nursing. The Psychosocial Care Center II is the most highlighted RAPS device. Conclusion: For the solidarity economy to be an effective strategy, technical-political training and financial support from all government levels are necessary. Although nursing is a scientific contributor in this field, its specific role has not been fully explored, suggesting the need for greater technical-political involvement in the profession's education and services to integrate mental health and the solidarity economy.

Keywords: Solidarity Economy. Mental Health. Nursing.

RESUMEN: Las personas que experimentan sufrimiento psíquico necesitan alternativas para la inclusión social, y una de ellas en Brasil es el trabajo en emprendimientos de Economía Solidaria. El objetivo de este estudio es describir las características de las producciones científicas relacionadas con la economía solidaria en salud mental y enfermería. Método: revisión integrativa de la literatura en las bases de datos BDNF, CINHALL, EMBASE, LILACS, PsycINFO, PubMed/MEDLINE, SciELO, Scopus, Web of Science, abarcando el período de 2001 a 2021. Se incluyeron 20 artículos en portugués, inglés y español. Resultados: Las publicaciones de 2006 a 2020, predominantemente de la región Sudeste de Brasil, se centran en la trayectoria de las políticas públicas relacionadas con la economía solidaria y la salud mental, y en la inclusión social a través de la rehabilitación psicosocial. La investigación cualitativa predominó, con participantes siendo usuarios(as) de salud mental. Psicología y Terapia Ocupacional fueron las profesiones con más publicaciones, seguidas de la enfermería. El Centro de Atención Psicosocial II es el dispositivo de RAPS más destacado. Conclusión: Para que la economía solidaria sea una estrategia eficaz, se necesita formación técnico-política y apoyo financiero de los niveles gubernamentales. Aunque la enfermería es una productora científica en este campo, su papel específico aún no ha sido plenamente explorado, lo que sugiere una mayor implicación técnico-política en la educación y servicios de la profesión para integrar la salud mental y la economía solidaria.

Palabras clave: Economía solidaria. Salud Mental. Enfermería.

INTRODUÇÃO

A pessoa que passa pela experiência de sofrimento psíquico é condicionada através de desvantagens sociais a perder o poder contratual, o que leva à exclusão social e a maiores dificuldades em se reintegrar com mobilidade no tecido social. A inclusão social por meio do trabalho da pessoa com sofrimento mental é uma estratégia do governo federal, mas ainda é um desafio para a Reforma Psiquiátrica Brasileira.

No Brasil, o trabalho em SM é influenciado pela ES que encontra na Reforma Psiquiátrica Brasileira uma alternativa para inclusão social. Destaca-se que a Reforma Psiquiátrica é um movimento que avança no modo de ver e tratar a loucura, possibilitando a incorporação da experiência da pessoa com sofrimento psíquico nos dispositivos de saúde mental e no âmbito da política pública, considerando com seriedade e ética o conjunto do estatuto produzido por elas (VERONESE, 2022).

Desta maneira, considera-se e problematiza-se os empreendimentos como possibilidade para garantir a melhoria das condições de vida, a emancipação da cidadania através do aumento do poder de contratualidade por meio da inclusão social dos(as) usuários(as) da SM, o cenário histórico recente e com vasta experiências de ES e SM no Brasil, o déficit em estudos que oferecem um panorama dessa realidade, a necessidade de reflexão de cenário que possa situar e direcionar a qualificação e produção de conhecimento e políticas públicas no campo, e o lugar e função que a enfermagem se apresenta a partir das produções científicas.

Assim, tem-se como pergunta de pesquisa: quais são as características das produções científicas relativas à economia solidária na saúde mental e enfermagem? O objetivo deste estudo foi descrever as características das produções científicas relativas à economia solidária na saúde mental e a enfermagem.

MÉTODO

Trata-se de uma Revisão Integrativa da Literatura (RIL) com abordagem qualitativa, que seguiu os pressupostos sugeridos por Ganong (1987): construção da pergunta de pesquisa; delimitação do objeto de pesquisa com a definição de critérios de inclusão e exclusão dos estudos e seleção da amostra; representação dos estudos selecionados para a RI em formato de tabelas, considerando características em comum;

análise detalhada dos resultados; discussão e interpretação crítica dos resultados; mostrar as evidências encontradas de forma clara e ética.

O levantamento dos estudos nas bases de dados foi realizado entre os meses de junho a agosto de 2021. Para a seleção dos estudos, utilizaram-se os seguintes critérios de inclusão: artigos na íntegra, de abrangência mundial, do período de 2001 a 2021, nos idiomas espanhol, inglês e português. Foram excluídos textos duplicados e textos que não correspondiam ao escopo da pesquisa. A escolha por este período temporal se deu ao fato de que, em 2001, foi aprovada a Lei da Reforma Psiquiátrica Brasileira. Nesse sentido, pretendeu-se conhecer a característica dos achados da literatura sobre a economia solidária no contexto da saúde mental. A seleção dos artigos ocorreu seguindo as orientações do Preferred Reporting Items for Systematic Reviews and Meta-Analyses - PRISMA Checklist (MOHER et al, 2015).

As bases de dados foram consideradas conforme o objeto de estudo, a questão norteadora e o tema, elencando-se as seguintes: BDNF, CINAHL, EMBASE, LILACS, PsycINFO, PubMed/MEDLINE, SCOPUS, Web of Science; e a biblioteca eletrônica SciELO. Para a qualificação da revisão integrativa e para evitar vieses da seleção dos dados, organizou-se a seleção em três momentos: 1) a construção das estratégias de busca nas bases de dados e o levantamento do material com a participação do profissional bibliotecário; os descritores utilizados para a busca constam nos vocabulários do Medical Subject Headings (Mesh) e dos Descritores em Ciências da Saúde (DECS).

Após o levantamento do material, ele foi exportado para o Gerenciador de Referências Mendeley. Destaca-se ainda que foi criada uma estratégia de busca para cada base de dados, apresentadas a seguir no Quadro 1. 2) Foi realizada a leitura do título, resumo e palavras-chave de todo o material, excluindo os estudos que não abrangiam o escopo do objeto de pesquisa. 3) Leitura dos textos na íntegra para seleção dos artigos que compõem a revisão integrativa.

Quadro 1: Exemplo de estratégia de busca de acordo com a base de dados.

CINAHL	"Solidarity Economy" AND ("Mental Health" OR "Mental Hygiene" OR "mental care" OR "mental help" OR "mental service" OR "mental services" OR "Mental Health Assistance" OR "Mental Health Services") Fonte: autora da pesquisa (2022).
--------	---

Fonte: autora da pesquisa (2022).

Ao término dessas três etapas, foi construída uma tabela em Excel com o objetivo de auxiliar na estratificação das informações dos textos, como os seguintes itens: título, ano de publicação, autores, local de realização do estudo, objetivo do estudo, tipo de estudo, participantes, componente ou ponto da RAPS, principais resultados e referência.

Na análise e categorização, utilizou-se a análise temática proposta por Minayo (2014). Essa metodologia ocorre em três diferentes etapas: 1) pré-análise, 2) exploração do material, 3) codificação e tratamento dos resultados obtidos, permitindo que o material seja investigado pela busca de palavras que possuíssem significado de acordo com a questão de pesquisa.

Ao final, identificaram-se 150 artigos nas bases de dados; destes, 36 estavam duplicados, dos quais 27 foram selecionados para leitura na íntegra. Após a leitura na íntegra, sete foram excluídos por não estarem associados ao objeto de pesquisa.

RESULTADOS

Os resultados estão apresentados em duas etapas. A primeira se refere a uma descrição dos dados quanto ao ano de publicação do estudo, à formação dos autores, ao local de realização do estudo, aos objetivos apresentados nos estudos, ao método do estudo, aos participantes do estudo, se havia algum componente da RAPS e aos principais resultados.

A segunda etapa contemplou os principais resultados, que foram organizados em três categorias emergentes, quais sejam: concepções de economia solidária, geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais; sentidos e significados da economia solidária para o campo da saúde mental e álcool e outras drogas; limites e desafios do cotidiano na implementação da economia solidária.

A seguir, apresentam-se as referências completas utilizadas neste estudo de revisão integrativa.

Quadro 2: Artigos incorporados à revisão integrativa

A1	LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Social companies and solidary economy: perspectives for the work inclusion of individuals with mental disorders. Rev Esc Enferm – USP, BRASIL, v.45, n.2, p.503-9. 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200030 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A2	LIMA, I. B.; SILVA, J. E.; CRUZ, S.S. POLÍTICAS PÚBLICAS DE SAÚDE MENTAL E ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONSTRUÇÃO DE UMA NOVA

	CONCEPÇÃO, Rev enferm UFPE on line, Recife. V.7, n.3, p.1008-1015, 2013. DOI: https://doi.org/10.5205/1981-8963-v7i3a11569p1008-1015-2013 Acesso em: 26 de novembro de 2022
A3	FILIZOLA, C. L. A.; TEIXEIRA, I. M. C.; MILIONI, D. B.; PAVARINI, S. C. I. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho, Rev Esc Enfermagem – USP, Brasil, v. 45, n.2, p.418-25, 2011. DOI: https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200017 Acesso em: 22 de outubro de 2022.
A4	CAMPOS, I. de O. C.; MAGALHÃES, Y. B.; KIKUCHI, P.; JABUR, P. D. A. C.; REBOUÇAS, F.; PINHEIRO, G. M. Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II, Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 411-415, 2015. DOI: https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0523 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A5	SILVA, L. G.; CORTEGOSO; A. L.; LUSSI, I. A. de O. Da orientação profissional à inserção laboral de usuários de serviços de saúde mental em empreendimentos econômicos solidários, Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, 2014, v.22, n.2, p. 271-283. DOI: https://doi.org/10.4322/cto.2014.049 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A6	LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G.. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária, Cad. Ter. Ocup. UFSCar, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. DOI: http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.037 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A7	MAZARO, L. M.; MATSUKURA, T. S.; LUSSI, I. A. O. Economia solidária como estratégia de inclusão social pelo trabalho no campo da saúde mental: panorama nacional, Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional, São Carlos, v,28, n.1, p. 127-146, 2020. DOI: https://doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO1880 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A8	BARRETO, R. de Oliveira; LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P. de. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo, Cad. Psicol. Soc. Trab. [online], vol.16, n.1, p. 41-56, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100005 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A9	LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Concepções sobre trabalho elaboradas por usuários de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral, Rev Ter Ocup Univ São Paulo, São Paulo, v. 24, n.3, p. 208-15, set./dez. 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v24i3p208-15 Acesso em: 26 de outubro de 2022
A10	LUSSI, I. A. O.; SHIRAMIZO, C. S. Oficina integrada de geração de trabalho e renda: estratégia para formação de empreendimento econômico solidário, Rev Ter Ocup Univ São Paulo, São Paulo, v.24, n.1, p. 28-37, jan./abr. 2013. DOI: http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149.v24i1p28-37 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A11	BONADIO, A. N.; SILVEIRA, C., Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais. Saúde e Sociedade [online], Brasil, v. 22, n. 1, p. 99-108, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100010 Acesso em: 26 de outubro de 2022
A12	VERRÍSIMO VERONESE, M. Economia solidária, saúde mental e arte/cultura: promovendo a racionalidade política dos comuns, Polis Revista Latinoamericana, Brasil, v. 19, n. 57, p. 138- 159, 2020. DOI: http://dx.doi.org/10.32735/S0718-6568/2020-N57-1568 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A13	BARFKNECHT, K. S.; MERLO, Á. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre, Psicologia & Sociedade [online], Porto Alegre, 2006, v. 18, n. 2 , pp. 54-61, 2006. DOI: https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200008 Acesso em: 26 de outubro de 2022
A14	MORAES, R. C. Pedroso de Moraes; de CASTRO-SILVA, C. R. Sentidos e Processos Psicossociais envolvidos na Inclusão pelo Trabalho na Saúde Mental, Psicologia: Ciência e Profissão [online], Brasil, v. 36, n. 3 , pp. 748-762, 2016. DOI: https://doi.org/10.1590/1982-3703002372015 Acesso em: 26 de outubro de 2022.

A15	ROJO, P. T., FILIZOLA, C. L. Alves. Construindo sentidos e possibilidades: a experiência da equipe de incubação de um empreendimento solidário. <i>Revista da Escola de Enfermagem da USP, São Paulo</i> , v. 46, n. 5, p. 1109-1116, 2012. DOI: https://doi.org/10.1590/S0080-62342012000500011 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A16	ANDRADE, M. C. et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. <i>Psicologia: Ciência e Profissão, Brasil</i> , v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. DOI: https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100014 Acesso em: 26 de outubro de 2022
A17	KINKER, F. S.. Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia, <i>Cadernos Brasileiros De Terapia Ocupacional, Brasil</i> , v.22, n.1, p. 49-61, 2014. DOI: https://doi.org/10.4322/cto.2014.006 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A18	SILVA, A. P. D.; FERIGATO, S. H. Saúde mental e trabalho: diálogos sobre direito, desejo e necessidade de acesso, <i>Cad. Bras. Ter. Ocup., São Carlos</i> , v. 25, n. 4, p. 803-816, 2017. DOI: http://dx.doi.org/10.4322/2526-8910.ctoAO0951 Acesso em: 26 de novembro de 2022.
A19	SANTIAGO, E.; YASUI, S. (2015). Saúde mental e economia solidária: cartografias do seu discurso político, <i>Psicologia & Sociedade, Brasil</i> , v. 27, n. 3, p. 700-711, 2015. DOI: https://doi.org/10.1590/1807-03102015v27n3p700 Acesso em: 26 de outubro de 2022.
A20	FERNÁNDEZ, M. E.; GAVIGLIO G. A; ADUR S. G. Un análisis sobre la participación en emprendimientos productivos en salud mental en el marco de la economía social en ciudad de Buenos Aires, Argentina, <i>Revista Chilena De Terapia Ocupacional</i> , v. 12, n. 2, 2012. DOI: https://doi.org/10.5354/0719-5346.2012.25306 Acesso em: 26 de novembro de 2022.

Fonte: autora da pesquisa (2022).

Quanto à procedência dos estudos, entre os 20 artigos selecionados, 1 foi realizado no estado do Rio Grande do Sul (A13), 1 no estado do Paraná (A16), 9 no estado de São Paulo (A1, A3, A5, A6, A10, A14, A15, A17, A18), 1 no Distrito Federal (A4), 1 no estado do Espírito Santo (A7), 1 no estado de Alagoas (A9) e 1 novamente no Distrito Federal (A4). Alguns estudos foram realizados em dois estados diferentes: Belo Horizonte e São Paulo (A8), e Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul (A12). Outro estudo foi realizado em São Paulo e em Trieste, na Itália (A9), e 1 foi realizado na cidade de Buenos Aires (A20).

Em relação ao ano de publicação, encontrou-se 1 artigo de 2006 (A13), 2 artigos de 2011 (A1, A3), 3 artigos de 2012 (A6, A15, A20), 6 artigos de 2013 (A2, A8, A9, A10, A11, A16), 2 artigos de 2014 (A5, A17), 3 artigos de 2015 (A4, A14, A19), 1 artigo de 2017 (A18) e 2 artigos de 2020 (A7, A12).

Quanto à formação dos autores, surgiram 17 profissionais de Terapia Ocupacional, 8 profissionais de Enfermagem, 1 Geógrafo, 2 profissionais formados em Comunicação Social, 17 profissionais de Psicologia, 3 formados em Medicina, 1 formado em Administração, 1 formado em Administração de Empresas e 1 formado em Ciências Sociais.

Para a apresentação dos objetivos dos estudos, foi elaborado um quadro com as informações:

Quadro 3: Objetivo dos estudos da Revisão Integrativa da Literatura.

A1	Reflexão acerca dos conceitos de Empresa Social e ECOSOL
A2	Reflexão sobre as Políticas Públicas de SM e ECOSOL
A3	Identificar a composição e relação da família com os usuários integrantes do Empreendimento Solidário e as percepções dos familiares sobre a inclusão social pelo trabalho
A4	Relato de Experiência a fim de fomentar e subsidiar a reflexão a respeito das possibilidades de inclusão social de geração e renda por meio de ações coletivas e solidárias com a participação de usuários, familiares e profissionais do serviço
A5	Investigar se um programa de orientação profissional pode facilitar o processo de inclusão social pelo trabalho solidário
A6	Investigar o significado do trabalho para usuários de SM participantes de projetos de geração de renda vinculado e não ao movimento da economia solidária
A7	Panorama geral de todos os empreendimentos econômicos solidários cadastrados no Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária
A8	Objetivo analisar as ações de economia solidária como via de inclusão
A9	Identificar as concepções acerca do trabalho elaboradas por usuários de serviços de saúde mental envolvidos em projetos com geração de renda
A10	Investigação das percepções das participantes da oficina integrada de geração de trabalho e renda sobre esta como estratégia para a formação de um empreendimento econômico solidário e tentou compreender o que foi determinante para as participantes aceitarem trabalhar de acordo com os princípios da economia solidária
A11	Discussão acerca da possibilidade de favorecer a recuperação de dependentes químicos pela atividade laboral
A12	Analisar a ação dos empreendimentos solidários de geração de trabalho e renda, entre o Estado e a sociedade civil, mobilizando recursos para uso comum
A13	Compreender se a organização do trabalho em um empreendimento identificado com os princípios solidários poderia favorecer a saúde mental desses mesmos trabalhadores
A14	Investigar os processos psicossociais que influenciam no trabalho solidário dos usuários dos serviços de saúde mental, enfatizando o cotidiano e os sentidos atribuídos
A15	Analisar como tem sido essa experiência de incubação desse empreendimento solidário, tendo como pano de fundo os referenciais da reforma psiquiátrica e da economia solidária
A16	Construir, sucintamente, um cenário sobre a Economia Solidária no contexto sócio-histórico da reforma psiquiátrica brasileira
A17	Apresentar uma reflexão crítica sobre as contradições e o suposto potencial reabilitador da laborterapia
A18	Analisar as dimensões de direito, desejo e necessidade nas práticas de inclusão laboral de pessoas com transtornos mentais
A19	Analisar continuidades e descontinuidades das práticas de poder, subjetivação de modos de conceber e discursar sobre o trabalhar, pelo aporte da economia solidária, de usuários da saúde mental
A20	En este escrito se analizan diferentes opiniones de autores de diversas disciplinas, que permiten generar nuevas concepciones sobre la visión de las personas con discapacidad en su entorno y en especial en relación al trabajo

Fonte: autora da pesquisa (2022).

A metodologia de pesquisa qualitativa esteve presente em 8 estudos (A3, A5, A6, A9, A10, A14, A15, A18). Em seguida, a Revisão Bibliográfica apareceu em 3 estudos (A11, A18, A20), 1 estudo foi uma Reflexão Teórica (A1), 1 foi um Estudo Descritivo

(A₂), *1* foi um Relato de Experiência (A₄), *1* foi um Estudo Documental (A₇), *1* foi um Estudo de caráter Exploratório (A₈), *1* foi uma Pesquisa Etnográfica Participativa (A₁₂), *1* estudo utilizou Entrevistas Semiestruturadas com análise da Psicodinâmica do Trabalho (A₁₃), *1* foi uma Reflexão Crítica (A₁₇), e *1* foi um Estudo Cartográfico (A₁₉).

No que se refere aos participantes dos estudos, encontrou-se que 10 artigos utilizaram usuários(as) da saúde mental (A₄, A₆, A₉, A₁₀, A₁₂, A₁₃, A₁₄, A₁₅, A₁₆, A₁₇), *1* artigo integrou profissionais e oficinairos (A₁₈), *1* integrou familiares de usuários da saúde mental (A₃), *1* integrou usuários da saúde mental e profissionais (A₅), e *1* realizou a pesquisa com usuários da saúde mental que enfrentam sofrimento psíquico envolvendo o uso abusivo de álcool e/ou outras drogas (A₈).

Quanto aos componentes da RAPS, foram encontrados os seguintes resultados:

Quadro 4: Dispositivos da Saúde Mental

A ₃ e A ₄	Centro de Atenção Psicossocial II
A ₅	Núcleo Multidisciplinar e Integrado de Estudos, Formação e Intervenção em Economia Solidária (NuMI-EcoSol), sucessor da Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos (INCOOP/UFSCar)
A ₆	O empreendimento econômico solidário RECRIART, ligado ao Centro de Atenção Psicossocial (CAPS) da Secretaria Municipal de Saúde de São Carlos e à Incubadora Regional de Cooperativas Populares (INCOOP/UFSCar); e O Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT)
A ₉	Associação de usuários, familiares e trabalhadores de saúde mental do município de Botucatu - SP, Associação Arte e Convívio (AAC), o Núcleo de Oficinas e Trabalho (NOT) do Serviço de Saúde “Dr.Cândido Ferreira” (SSCF), localizado em Sousas, distrito de Campinas - SP e a Cooperativa Social Quercambiente, da cidade de Trieste, Itália
A ₁₀	Incubadora Regional de Cooperativas Populares da Universidade Federal de São Carlos
A ₁₂	Oficina de Trabalho GerAçãoPOA, em Porto Alegre-RS e o Bloco Carnavalesco Loucura Suburbana, no Rio de Janeiro-RJ
A ₁₃	Cooperativa de Costureiras Unidas Venceremos (UNIVENS)
A ₁₄	Cooperativa de reciclagem ligada a Seção de Reabilitação Psicossocial - SERP
A ₁₅	Grupo Solidário Recriart formado por usuários da SM
A ₁₆	Centro de Atenção Psicossocial I
A ₁₇	Núcleo do Trabalho do Programa de Saúde Mental de Santos
A ₁₈	Núcleo de Oficinas de Trabalho (A ₁₈)

Fonte: autora da pesquisa (2022).

Em síntese, o ano de publicação variou entre 2006 e 2020, com o maior número de artigos publicados entre 2011 e 2015, totalizando 16 artigos, dos quais 6 foram publicados no ano de 2013. Em relação ao local de publicação, houve uma concentração na região Sudeste do Brasil, com seis artigos provenientes do estado de São Paulo e um do estado do Rio de Janeiro em parceria com o estado do Rio Grande do Sul.

Observou-se uma variedade de objetivos, com predominância de estudos que visavam traçar a trajetória das políticas públicas relacionadas ao trabalho vinculado à ES na saúde mental e reflexões sobre a estratégia de inclusão social por meio do trabalho no sentido de reabilitação psicossocial. Quanto ao método, embora houvesse diversidade, a maioria dos estudos foi de pesquisa qualitativa (oito estudos).

Os participantes dos estudos foram, em sua maioria, usuários(as) da saúde mental. Entre os profissionais que mais publicaram, destacaram-se os da Psicologia e da Terapia Ocupacional, com 17 profissionais, seguidos pela Enfermagem, com oito autores(as) enfermeiros(as). Também participaram profissionais de áreas além das ciências da saúde, como um geógrafo e profissionais da administração e administração de empresas. O ponto da RAPS que mais apareceu foi o Centro de Atenção Psicossocial II, embora os estudos tenham abordado uma variedade de dispositivos da RAPS que atuam na ES.

Em relação aos principais resultados dos estudos, emergiram três categorias, conforme a seguir.

I - Concepções de economia solidária, geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais

Os resultados apontaram para a necessidade de entendimento de qual concepção ou referencial teórico-metodológico cada projeto de ES se constitui. Assim, é fundamental conhecer as concepções que direcionam os projetos, diferenciar cada termo e o vínculo teórico de cada um, para que se possa ter coerência com a implementação projetual e os postulados a que se busca transformar. Destaca-se abaixo:

[...] argumenta-se que as discussões dos conceitos de empresa social e de economia solidária podem fornecer contribuições enriquecedoras para o processo de inclusão de portadores de transtornos mentais no mercado de trabalho (A1, p. 520).

Entretanto, o encontro entre a saúde mental e a economia solidária carece de construção de referenciais teórico-metodológicos e tem lugar em uma sociedade ainda marcada pela lógica manicomial e pelo modo de produção capitalista que estão presentes em todos nós (A16, p. 184).

Dentre os conceitos apreendidos nos estudos, destaca-se:

A economia solidária pode ser entendida como um movimento que se estabelece no contexto do trabalho associado e que provém de múltiplas combinações e possibilidades. É entendida, também, como um exercício de poder compartilhado, de relações sociais e de cooperação entre os

trabalhadores, que privilegia o trabalho em detrimento do capital, que vivencia outras formas de organização do trabalho que possam superar a economia capitalista individualista e competitiva (A2, p. 1012).

La “economía solidaria” es un término especialmente utilizado en Francia, América Latina y Quebec. Claramente, el término expresa la solidaridad como el rasgo principal de este tipo de economía a diferencia de la economía capitalista convencional. En América Latina, este término se utiliza para cubrir una amplia gama de iniciativas. En otras regiones (Francia y Quebec), este término ha sido promovido para diferenciar los componentes establecidos de la economía social (por ejemplo, cooperativas, asociaciones, sociedades mutuales) y los mecanismos y organizaciones solidarios más recientes (A20, p.5).

Economia solidária é um conceito guarda-chuva que aglutina a geração de trabalho e renda.

Não podemos ignorar que a construção de projetos de geração de trabalho e renda pelo aporte da economia solidária é uma oportunidade para o estabelecimento de atividades de trabalho que podem ser canais para a construção de contrariedades sociais, isto é, atividades em que são disponibilizados recursos materiais e imateriais para trocas sociais e, por conseguinte, para a cidadania social plena de sujeitos trabalhadores, que podem assim exercer o papel de protagonistas de seu próprio fazer e de sua própria história; (A19, p.703).

No que se refere à Economia solidária e o entendimento de trabalho em seus postulados, o A16 adverte que o conceito e a organização do trabalho devem contribuir na articulação entre saúde mental e a economia solidária e a partir da reflexão e mudança de concepções de trabalho, trabalho terapêutico, trabalho assistido, trabalho protegido, pois há uma linha tênue entre trabalho e terapêutico, ou seja, direito ao trabalho e ao cuidado em saúde mental para além do trabalho formal. Deve-se considerar que o movimento é pela inclusão social, e que a solidariedade é um princípio comum, pois entende-se que essa concepção é uma alternativa ao trabalho e mercado formal. Assim, é necessário considerar o campo ideológico da organização do trabalho e as especificidades que a saúde mental emana.

Sendo assim, o conceito de trabalho orienta concepção e operacionalização de projetos e ações:

O conceito de trabalho emancipado (cooperativo, solidário e autogestionário) é caracterizado por uma perspectiva ontológica do trabalho, pela qual se pretende superar sua condição de mera garantia da sobrevivência material, retomando sua condição de satisfazer as necessidades humanas de vida, comunidade, reciprocidade e solidariedade (A16, p.182).

Portanto, entende-se a importância de um glossário de termos que envolvam a economia solidária e compreensão desta para fundamentar e direcionar projetos na lógica da reforma psiquiátrica e ES.

II- Sentidos e Significados da economia solidária para o campo da saúde mental e álcool e outras drogas

Os resultados demonstraram polissemia quanto aos sentidos e significados que a economia solidária incute nas pessoas envolvidas, em especial no segmento de usuárias(os). Dentre estas, aumento da contratualidade social, melhora da condição clínica, empoderamento e autonomia, mudança de sentido existencial, autoestima, participação social, corresponsabilização pelas atividades, aprendizagem de outras habilidades, novas amizades, lidar com as diferenças, aumento da capacidade relacional, melhora no convívio familiar, sentimento de igualdade. Em síntese, a economia solidária promove direitos e deveres e a inclusão social.

Destaca-se o sentido social e terapêutico que o trabalho possui dentro da ES, o sentido do trabalho na vida pessoal, clínica e social na perspectiva da reabilitação social. O trabalho coletivo versus o individual, trabalho como produção de vida, trabalho para renda e prover as necessidades materiais, independência financeira, como reconstrução de laço social, uma rotina para além do tratamento, sentimento de trabalhar e produzir e consumir, socialização, conforme abaixo:

A economia solidária traz possibilidades aos portadores de transtorno mental para tornar-se trabalhadores solidários e alcançar não só o apoio para a inserção no mundo comunitário e social, mas também viabilizar sua participação nas tomadas de decisão e na gestão de sua própria vida (A2, p.1014).

O primeiro sentido referente ao trabalho como recurso emancipatório relaciona-se à autonomia/independência pessoal; - O segundo sentido do trabalho como recurso emancipatório está direcionado à conquista de cidadania; - O terceiro sentido aponta para a independência financeira possibilitada pelo trabalho, ainda que, em alguns relatos, não se trata de uma total independência; (A9, p.211).

Historicamente o trabalho no campo da saúde mental é apresentado como parte da terapia e que essa linha tênue do trabalho no campo da saúde mental é marcada pela condição clínica e a social, a depender do interesse, das experiências vivenciadas para que cada pessoa envolvida atribua um sentido singular, pois ela quem decidirá se o trabalho é terapêutico ou uma ação social remunerada, já que se trata de uma mudança de visão de mundo.

Foi possível constatar, quase que em unanimidade entre os sujeitos vinculados ao movimento da economia solidária, a concepção do trabalho sob um enfoque terapêutico; Na verdade, esses sujeitos trazem essa relação de maneira mais explícita ao utilizarem o termo terapia como equivalente ao trabalho, o que não apareceu da mesma maneira na fala dos sujeitos não vinculados ao movimento da economia solidária, embora um número menor

de sujeitos também tenha considerado o trabalho sob um enfoque terapêutico (A6, p. 374).

Quis apontar essas diferenças desde o início, para que fique claro que a proposta dos projetos coletivos de trabalho não é uma atualização da terapia pelo trabalho. O que se quer questionar é muito mais do que uma técnica específica que utiliza a questão do trabalho em práticas de cuidado. O que se quer questionar é a própria noção de cuidado, de terapêutico que constitui o paradigma psiquiátrico. O cuidar, nessa perspectiva, está indissociado do processo de construção de novas formas de sociabilidade (A17, p.58).

Outro sentido da ES é o lugar que a família possui, pois estas tanto são apoiadoras, quanto dificultam a renda manejada pelas(os) usuáries. Nos relatos apresentados, constata-se a importância atribuída por todos os familiares ao processo de inclusão dos usuáries pelo trabalho como produtor de sentido existencial e de novas relações (A3, p. 423)

III - Limites e desafios do cotidiano na implementação da economia solidária

Os resultados indicaram que há limites e desafios no processo de planejamento, organização e execução da Economia Solidária (ES) no campo da saúde mental. Esses desafios decorrem do contexto estrutural e conjuntural em que o tema está inserido, das políticas públicas vigentes, da especificidade do campo marcado pelo sofrimento e pelas possibilidades de crises, da relação complexa entre trabalho e terapia, e do investimento necessário, desde o preparo até a avaliação de cada experiência.

Observa-se que, para não reproduzir práticas alienantes e entender como cada país, estado e município prevê a ES nas políticas públicas, é essencial situar a ES dentro de uma lógica que vai do macro ao micro. Assim, é fundamental entender se a ES é tratada como uma Política de Estado ou de Governo. Nesse sentido, adverte-se:

Um elemento presente nos dois casos analisados é a articulação entre as três esferas: do Estado (a despeito do financiamento parcial e em queda, mas ainda fundamental), da sociedade civil (consumidores, apoiadores, voluntários, divulgadores) e dos mercados locais (empresas, responsabilidade social, encomendas/consumo). O fortalecimento e a potência de alcance das iniciativas dependem do seu enraizamento comunitário (A12, p. 155).

O estudo A19 apresentou um panorama da Economia Solidária (Ecosol) no Brasil e ressaltou que a política pública brasileira de saúde mental e Ecosol é historicamente recente, e que a intersetorialidade está em processo, representando uma oportunidade de inclusão social por meio do trabalho. Além disso, A19 destacou a existência do Sistema Nacional de Informação em Economia Solidária (SIES), que inclui dados de projetos de empresas sociais e informações sobre saúde mental, álcool e outras drogas.

Os dados apontaram que a construção de projetos de economia solidária que contemplem a geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais é um desafio. Esses desafios são transversais a várias etapas dos estudos, como o planejamento de projetos, a condução gestora, a decisão sobre o tipo de empreendimento, e a escolha de modelos e técnicas para a construção dos projetos. Também são desafios a especificidade da participação (condição clínica e social), a convivência e o manejo com as particularidades da saúde mental, álcool e outras drogas.

Apesar dos pressupostos para a construção de projetos, é crucial considerar a noção sobre o processo constituinte da subjetividade, promover espaços de diálogo, garantir oportunidades equitativas de participação para que as pessoas se sintam valorizadas e integradas em todo o processo. Todo o projeto deve ser compartilhado e decidido em grupo, respeitando a importância de entender o papel de cada segmento no projeto, incluindo gestores, profissionais, usuários(as), familiares e parceiros(as), e assegurar equidade nas relações.

A experiência no CAPS de Taguatinga permitiu aos trabalhadores e usuários acessarem um território assistencial aberto para a atribuição de novos sentidos na vida dos sujeitos, que, sobretudo, devolve e cria possibilidades de participação social autônoma, com a singularidade que cada indivíduo identifica para o trabalho (A4, p. 415).

A inclusão social pelo trabalho, quando realizada de maneira a priorizar a participação da pessoa com transtorno mental na definição e na condução desse processo, tende a considerar os desejos, os direitos e as necessidades desses sujeitos. Com isso, é possível se produzir uma nova prática em que as trocas sociais acontecem e são agregadas aos valores de troca com reconhecimento social (A18, p.815).

No que concerne à condução gestora, observa-se a possibilidade de se ter os segmentos nos grupos condutores e parcerias com outras instituições para ampliar participações e que assim:

O envolvimento da equipe de coordenação com os distintos setores, através de um misto de afeto, responsabilidade e controle, exerce um papel importante na cooperativa e no movimento de economia solidária. Esses fatores permitem que a cooperativa se mantenha em movimento e busque a construção de uma solidariedade ampliada, para além do empreendimento em si. Entretanto, a relação da coordenação com os integrantes não é tranquila; (A13, p. 57).

A escolha do tipo de empreendimento, o que será produzido e comercializado dependem de técnicas para atingir os objetivos da elaboração e execução de projetos e que possam auxiliar na identificação de interesses. O recurso de orientação

profissional, técnica utilizada em especial pela psicologia, foi utilizado para verificar condições e desejos quanto ao trabalho.

Os resultados demonstram que ao passarem pelo programa de orientação profissional os usuários de saúde mental puderam conhecer e vivenciar uma realidade que até então era percebida como possível, ou seja, eles perceberam que eram aptos a exercer um tipo de trabalho, passando, então, de doentes e incapacitados à condição de trabalhadores (A5, p.276).

As oficinas também são recursos e estratégias para prover projetos e decisões coletivas, autogestão e gestão compartilhada, pois a lógica participativa produz pertencimento e identificação.

A partir da análise das entrevistas realizadas foi possível identificar que a oficina foi avaliada positivamente pelas participantes, mostrando-se uma estratégia eficaz para a estruturação do empreendimento, pois disponibilizou suporte técnico para a formação em Economia Solidária, além de subsídio para outras questões que surgiram ao longo do caminho trilhado pelo grupo (A10, p.35).

A ES no campo da saúde mental, álcool e outras drogas possui especificidade em todo o seu processo, tendo em vista a condição clínica e social, as formas de relação, os conflitos que emergem e necessitam de mediação, pois se trata de uma população alijada historicamente, geralmente com diagnósticos psiquiátricos, com crises psíquicas desencadeadas por várias situações e ainda as peculiaridades do curso clínico da dependência química (recaídas por exemplo). O fato é como lidar com essas situações que são inerentes ao campo, mas que não seja impeditiva, pois o que vale é o interesse, o desejo a disposição para compor projetos de vida.

Fica evidente a importância da possibilidade de participação nas cooperativas de familiares, amigos e outras pessoas que não apresentam impedimentos psicológicos ou físicos, mas que queiram ganhar a vida, ao lado das pessoas que têm esses impedimentos, (A1, p.518).

O pedido de se trabalhar em situações de crise, entre outras situações que colocam em dúvida a pertinência da atividade laboral, pode ser manifestado pelos próprios oficineiros, por isso reitera-se a importância do reconhecimento do que vêm a ser as necessidades, os desejos e os direitos dos oficineiros a fim de melhor legitimá-los; (A18, p.814).

Quanto ao preparo para um projeto de ES é fundamental que haja um tipo de organização gestora paritária, a partir de cada realidade local, para que desde o início sejam escutadas as motivações, a construção do projeto, o que cada um pode contribuir para que a solidariedade seja presentificada desde o início, pois a formação deve ser permanente. Assim, a decisão sobre qual tipo de atividade de renda será escolhida deve ser construída a partir da compreensão que cada pessoa tem do tema em discussão e eleita de modo democrático.

A empresa social pode ser uma tentativa mais acreditável de explorar o sentido do trabalho como um instrumento reabilitativo. Ela compreende atividade de formação e de trabalho, que, de um lado, tem caráter de empresa e, de outro, de formação das pessoas (A1, p. 519).

Dentre os limites encontrados nos dados estão o preparo de profissionais que não sejam do campo da saúde mental, pois possuem dificuldade no manejo, sobrecarga de familiar de acompanhamento do processo quanto esse não faz parte do projeto, dificuldade da(o) usuária(o) em lidar com dinheiro, dificuldade financeira para prover projetos, compreensão entre a diferença do trabalho formal e o trabalho solidário, dificuldade em alguns segmentos de usuárias(os) na decisão dos processos, na tomada de decisão para produção, divulgação e comercialização.

Quanto às dificuldades, elas realmente existem e não podem ser ignoradas sob pena de acusação de uma visão ingênua da realidade. Não se trata de ignorá-las, mas de trabalhar sobre elas, considerá-las menos dificuldades e mais desafios que tal realidade impõe. (A8, p.55).

A questão de ser aposentado ou de receber algum benefício social como um direito, mas também como marca da incapacidade para o trabalho, em que voltar a trabalhar implica deixar de receber recursos relacionados a essa condição. Além disso, existe a vulnerabilidade das iniciativas associadas aos problemas de gestão, de falta de infraestrutura, da carga tributária e ao fato de os participantes não serem proprietários dos equipamentos com os quais trabalham, o que demanda ações de apoio a essas iniciativas pelas políticas de saúde mental e economia solidária (A16, p.183).

Por fim, é fundamental em todo processo de ES o entendimento acerca de sua finalidade para que as prerrogativas técnicas, éticas e políticas sejam orientadoras do percurso das iniciativas e ações projetadas e executadas. Dentre os dados salienta-se que a ES está situada na perspectiva teórica da Reabilitação Psicossocial, na RAPS, é um ponto de atenção dentro do componente da reabilitação psicossocial. Logo, a mudança da posição subjetiva, novas formas de relações de trabalho, subversão da lógica produção consumo de mercadorias, autonomia e solidariedade.

É preciso que a reabilitação para o trabalho integre o processo ampliado de reabilitação psicossocial da pessoa prejudicada pela dependência química, constituindo, antes, uma estratégia de reabilitação pelo trabalho. Caso contrário, corre-se o risco de que o trabalho contribua para produzir ou agravar estados de adoecimento, em oposição ao desejado propósito de promoção de saúde (A11, p.107).

Ao colocar suas produções num circuito comercial e ao mesmo tempo cooperativo, o sujeito se identifica com os potenciais do artefato: este é visto, elogiado, valorizado, adquirido se for o caso, e assim ele ou ela se legitimam e se subjetivam, num processo de identificação projetiva com a sensibilização gerada pelo produto artístico-cultural (A12, p.155).

Para a ECOSOL, a desconstrução da lógica produtivista e alienada como única relação possível no mundo do trabalho; para a saúde mental, a oportunidade de arquitetar a inclusão social de sujeitos com vivências de sofrimento psíquico para além de espaços e ações de trabalho terapêuticos, de ocupação do tempo livre, cerceados e protegidos, ou seja, de inserção social artificial; (A19, p.709).

DISCUSSÃO

Na investigação, o conceito de Economia Solidária (ES) parece estar vinculado a diversos tipos de atividades econômicas. As atividades econômicas são inerentes às relações sociais e produtivas/consumo, ocorrendo dentro de um conjunto social e nas suas relações. A ES é uma atividade econômica com princípios que têm raízes históricas nas civilizações recentes, refletindo concepções que regulamentam a organização do trabalho e as movimentações econômicas (GAIGER, 2021).

A ES começou a ser denominada dessa forma durante a redemocratização brasileira, associada a movimentos sociais, e na Reforma Psiquiátrica Brasileira (RPB) surgiu como uma estratégia de inclusão social pelo trabalho solidário. Os estudos unanimemente associaram a ES e a RPB a três princípios fundamentais: inclusão social, autogestão e cooperação.

A inclusão social pelo trabalho foi reconhecida pelo Estado como uma estratégia para o cuidado na atenção psicossocial, consolidando-se como uma política pública de interface entre saúde mental (SM) e ES. Entre as medidas do governo federal da época para promover essa interface, foram criadas a Lei nº 9.867 de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais com o objetivo de integrar socialmente os cidadãos, e a Lei nº 10.216/01, que assegura proteção e direitos às pessoas em sofrimento psíquico e redireciona o modelo assistencial em saúde mental para o modo psicossocial de atenção (ROSA et al, 2022; LIMA et al, 2013).

A trajetória das políticas públicas entre a RPB e a ES ainda está em estado incipiente. O marco dessa união foi a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária no Ministério do Trabalho e Emprego (SENAES) em 2003. As principais reivindicações solicitavam estratégias para ampliar a inclusão dos(as) usuários(as) da SM nas políticas públicas de incentivo e fortalecimento das iniciativas vinculadas à ES. Embora a Secretaria tenha trabalhado para promover essas iniciativas, as políticas públicas enfrentaram desafios quando, em 2019, o Governo Federal extinguiu o Ministério do Trabalho, que foi rebaixado a Subsecretaria e, posteriormente, transformado em um departamento do Ministério da Cidadania ainda em 2019 (ROSA et al, 2022).

Atualmente, está em tramitação nas instâncias federais o Projeto de Lei nº 598/2021, que dispõe sobre a organização e o funcionamento das Cooperativas e

Associações Sociais e institui o Programa Nacional de Fomento às Associações e Cooperativas Sociais – PRONACOO SOCIAL; e a PEC 69/2019, que inclui a ES como princípio da ordem econômica nacional. Nesse contexto, a inclusão social dos(as) usuários(as) pelo trabalho solidário tem se delineado nas políticas públicas, mas ainda é marcada pela fragilidade por se tratar de uma política recente e de um cenário que exige uma política intersetorial (ROSA et al, 2022).

Quanto aos princípios fundamentais da união entre a RPB e a ES, a autogestão proporciona espaços decisórios que colocam os(as) usuários(as) da SM em contato com práticas participativas e tomadas de decisões. Singer (2002) refere que a autogestão exige um esforço adicional dos trabalhadores na empresa solidária: além de cumprir suas tarefas, cada um deve se preocupar com os problemas gerais da empresa. Nesse sentido, observa-se que, nos espaços onde ocorrem empreendimentos econômicos vinculados à ES, o trabalho permite aos usuários(as) da saúde mental ocupar lugares sociais diferenciados, compartilhando saberes e reconhecendo recursos e contextos locais (LUSSI; PEREIRA, 2013).

A autogestão também atua contra a hierarquia, pois coloca todas as pessoas envolvidas na atividade econômica no papel de gestores. Esses atores participam do processo de trabalho, da determinação de estratégias, do reconhecimento do território e das mediações econômicas, e estão à frente da direção e coordenação das ações em diversos graus de interesse (LUSSI; SHIRAMIZO, 2013).

A ES fundamenta o trabalho nos princípios de democracia e igualdade, superando a perspectiva individualista das políticas neoliberais, e promove o respeito ao outro e às suas necessidades, favorecendo a mobilidade fundamental para o exercício da cidadania. A cooperação é parte essencial dos princípios do trabalho solidário, pois privilegia os trabalhadores em relação ao capital. Em sistemas econômicos baseados na cooperação, há um fortalecimento dos grupos e comunidades, voltados para o bem-estar coletivo e individual, onde o capital organiza-se na livre associação entre os participantes, promovendo a reciprocidade e a confiança como base para a ação coletiva (LUSSI; SHIRAMIZO, 2013).

Assim, a cooperação aparece como uma forma de promover, através da cooperação solidária, o engajamento de múltiplos atores sociais em processos

emancipatórios que democratizam as cidades e tornam seus frutos mais acessíveis aos tradicionalmente excluídos (VERONESE, 2020).

Uma vez situados os principais princípios fundamentais entre a ES e a Reforma Psiquiátrica Brasileira, e considerando as características da ES e da SM na literatura, o conceito de ES no âmbito nacional agrega diversos tipos de experiências por meio de diferentes entidades, instituições e pessoas. Nesse sentido, surgem várias denominações: iniciativas de geração de trabalho e renda, iniciativas de inclusão social pelo trabalho, empreendimentos econômicos solidários, cooperativas sociais e projetos de geração de trabalho e renda.

Essa multiplicidade de conformações da ES pode ser explicada pela multiplicação de experiências e pelo fortalecimento do protagonismo dos(as) usuários(as) da SM, indo além das atividades tradicionais laborterápicas que foram realizadas por anos, passando a ocupação de espaços sociais fora dos muros do manicômio (KINKER, 2014).

Apesar da multiplicidade de experiências e conformações das iniciativas da ES, destaca-se um déficit de referenciais teórico-metodológicos nas produções encontradas para orientar o conceito de ES na SM. Essa fragilidade representa uma lacuna para a instrumentalização dos profissionais que precisam atender às exigências do tema, como conhecimentos econômicos, jurídicos, de incubação e condução de projetos de geração de renda, além das demandas específicas de SM, como momentos de crise e grave vulnerabilidade social. Nesse contexto, debate-se também que a sociedade ainda é marcada pela lógica manicomial, o que pode influenciar as relações estabelecidas no âmbito do trabalho (BARFKNECHT, 2006).

No entanto, foi identificado que o conceito de ES proposto por Paul Singer e a Reabilitação Psicossocial delinearam um referencial teórico-metodológico nos estudos encontrados. A Reabilitação Psicossocial no trabalho solidário está vinculada à proposta de estabelecer poder de contratualidade social aos usuários(as) da SM. A Reabilitação Psicossocial é uma estratégia abrangente de serviços e programas que busca facilitar a integração da pessoa com sofrimento psíquico na sociedade, sendo definida pela como uma atitude estratégica, uma vontade política, uma modalidade compreensiva, complexa e delicada de cuidados para pessoas vulneráveis aos modos habituais de sociabilidade que necessitam de cuidados igualmente complexos e

delicados. Nesse sentido, os textos apresentaram que a reabilitação psicossocial pelo trabalho é uma forma de emancipação da cidadania, promovendo novas formas de arranjos sociais e contrapondo modos de exclusão (PITTA, 2016).

Saraceno (1996), retomado pelos autores, propõe a reabilitação psicossocial como uma necessidade ética que contempla três cenários fundamentais: o habitat, o mercado e o trabalho. Nessa concepção, desenrolam-se as cenas e histórias dos efeitos de todos os elementos envolvidos, como dinheiro, afetos, poderes e símbolos.

Paul Singer apresenta a ES e o movimento antimanicomial se construindo igualmente de alternativas à exclusão social e econômica:

A economia solidária e o movimento antimanicomial nascem da mesma matriz – a luta contra a exclusão social e econômica. Uns são excluídos (e trancados) porque são loucos, outros porque são pobres. Há ricos que enlouquecem porque empobreceram e há pobres que enlouquecem porque ninguém os nota (o que é uma forma particularmente cruel de exclusão). A matriz comum de ambos é uma sociedade que fabrica pobres e loucos de modo casual e inconsciente (BRASIL, 2005, p. 11).

A partir disso, é imprescindível a construção de referenciais teórico-metodológicos que permitam diferenciar os diversos termos dentro da multiplicidade de conformações da Economia Solidária (ES) e estabelecer o vínculo teórico de cada um. Isso permitirá orientar profissionais e usuários(as) em suas dificuldades e fortalecer as estratégias da ES nos princípios da Reabilitação Psicossocial Brasileira (RPB). O objetivo é promover um trabalho ético que valorize e promova a participação dos(as) usuários(as) em todo o processo do empreendimento solidário, institua a sensação de pertencimento e marque seu espaço na iniciativa.

Outra dificuldade apresentada nos estudos é a linha tênue entre trabalho e trabalho terapêutico nos empreendimentos solidários na saúde mental (SM), marcada pela relação histórica do trabalho dentro dos dispositivos de SM. Por um longo período, o trabalho foi associado ao paradigma da psiquiatria para institucionalizar a loucura, como evidenciado pelo tratamento moral de Pinel ou pelas colônias instaladas no Brasil no final do século XIX e início do século XX. Nessas colônias, que eram construídas distantes das cidades, o saber psiquiátrico era promovido pelos alienistas, e o trabalho pesado era utilizado como uma forma de reabilitação (KINKER, 2014).

A relação da proposta laboroterápica com os outros atores sociais sempre reforçou e legitimou a incapacidade e a invalidez daqueles que eram treinados, fortalecendo a ideia de que os espaços possíveis de vida e de troca seriam apenas as instituições de reabilitação. Fossem monitores de ofício a lidar com os aprendizes, fossem os empresários que filantropicamente lhes

designassem alguma tarefa simples como parte da produção, as mensagens emitidas e reforçadas sempre foram a do limite, a da insuficiência, já que não se questionavam os contextos e as normas (KINKER, 2014, p.52).

Nesse sentido, é fundamental que as iniciativas, em sua constituição, tenham como foco principal a separação entre trabalho e trabalho terapêutico, garantindo o direito ao trabalho. A partir desse objetivo, orienta-se a iniciativa da Economia Solidária (ES) para assegurar o trabalho dentro de uma perspectiva de reabilitação psicossocial, considerando as especificidades da saúde mental dos usuários(as) com vista à inclusão social. Com esse foco, outras estratégias tornam-se primordiais, como: a organização de processos e postos de trabalho; a garantia de acessibilidade e alternativas para as diferentes dificuldades que podem surgir no trabalho; o fortalecimento da produção e da comercialização; o desenvolvimento de ações formativas dos trabalhadores com foco na produção, comercialização e gestão do empreendimento; estratégias para fortalecer o empreendimento em instâncias jurídicas; e a criação de políticas municipais de fomento aos empreendimentos (OLIVEIRA CAMPOS; MORAES REIS; 2020; FRANZOLOSO, FERRO, 2021).

A informalidade das iniciativas vinculadas à ES torna-as mais frágeis frente às adversidades do mercado. À medida que as iniciativas passam por seu processo de incubação e avançam para estágios mais maduros, é esperado que se tornem mais hábeis nos processos de produção e comercialização dos produtos, possibilitando sua formalização como pessoa jurídica. A formalização permite a emissão de notas fiscais, acesso a linhas de crédito com melhores taxas, encaminhamento de projetos a editais de financiamento específicos para empreendimentos formalizados, participação em processos de licitação, e estabelece importantes fundamentos para a longevidade dos empreendimentos (OLIVEIRA CAMPOS; MORAES REIS, 2020; FRANZOLOSO, FERRO, 2021).

Contudo, ao formalizar uma iniciativa como cooperativa, o estado brasileiro considera que os trabalhadores associados estão aptos para o exercício laborativo e retira qualquer tipo de benefício. A literatura aponta que a formalização como associação, embora não seja o dispositivo ideal, contribui com alguns pontos positivos, como menos empecilhos burocráticos e custos reduzidos, possibilitando a congregação dos participantes do empreendimento em uma figura jurídica (OLIVEIRA CAMPOS; MORAES REIS, 2020; FRANZOLOSO, FERRO, 2021).

Assim, ao iniciar a incubação de iniciativas de geração de trabalho e renda vinculadas à ES, deve-se ter como base o direito ao trabalho na perspectiva da ES e da reabilitação psicossocial. As técnicas utilizadas na iniciativa devem ser discutidas de forma democrática, as gestões devem ser construídas de forma paritária a partir de cada realidade local, e as finalidades e objetivos devem estar relacionados aos processos de formalização da iniciativa.

Uma estratégia que se delineia em âmbito nacional para o fortalecimento das iniciativas vinculadas à ES é a criação de uma Rede de Economia Solidária. Esta rede possibilita a comunicação e a capilaridade entre os dispositivos e as pessoas, melhorando os segmentos condutores das iniciativas e a parceria com outras instituições, fortalecendo assim as iniciativas. Já existem experiências de legislações municipais e estaduais que regulamentam a política pública dessas iniciativas, como a Política Municipal de Fomento à Economia Popular Solidária de Curitiba e a Rede de Saúde Mental e Economia Solidária do estado de São Paulo (ROSA et al, 2022).

Em relação às polissemias de sentidos e significados que a ES suscita nas pessoas envolvidas, especialmente os(as) usuários(as) da saúde mental, elas se relacionam com os princípios propostos pela ES, como solidariedade, adesão voluntária e esclarecida, participação democrática coletiva, autogestão, cooperação, intercooperação, promoção do desenvolvimento humano, atenção à natureza, atenção à comunidade, e produção e consumo éticos.

O trabalho vinculado à ES, a partir de seus princípios, faz uma oposição e apresenta uma alternativa ao modelo de produção capitalista, que coloca o trabalho em detrimento do capital, da propriedade privada e do lucro. Na saúde mental, essa abordagem abre espaço para a desinstitucionalização da loucura, permitindo aos usuários(as) da saúde mental acessar uma multiplicidade de possibilidades econômicas que consideram a pessoa em toda sua singularidade como um efeito estruturante e não desabilitador. Isso leva à geração de renda e possibilita outros agenciamentos da vida, como melhora da qualidade de vida, construção de relações sociais, poder viajar, ter um propósito e ser reconhecido por uma função (SILVA; FERIGATO, 2017).

Na questão clínica, um estudo que investigou a inclusão social pelo trabalho reafirmou que há melhorias para os(as) usuários(as) da saúde mental após a inclusão em empreendimentos solidários. Referiu que o trabalho é relevante para os usuários,

pois proporciona ganhos financeiros, cria novas relações evitando o isolamento em casa, e faz com que se sintam úteis e valorizados, sendo o trabalho no empreendimento solidário um gerador de sentido existencial (FILIZOLA; TEIXEIRA, 2011).

Para a construção de projetos vinculados à ES, os recursos das oficinas de incubação de projetos de geração de trabalho e as estratégias de orientação profissional, técnica especialmente utilizada pela psicologia, demonstraram potencial para definir estrategicamente os objetivos desejados para o empreendimento, além de proporcionar segurança e a sensação de capacidade.

Os resultados convergem na direção da orientação profissional como facilitadora da inserção dos usuários de serviços de saúde mental no empreendimento econômico solidário, na medida em que as técnicas utilizadas demonstraram gerar sentimento de segurança, ajudaram na identificação de interesses e mostraram novas possibilidades de trabalho (SILVA; CORTEGOSO; LUSSI, 2014, p.276).

As oficinas são uma das modalidades de atendimento em grupo, que normalmente acontecem dentro de instituições de atenção à Saúde Mental como os CAPS, as quais possuem uma aparente diferenciação entre oficina terapêutica e oficina geradora de renda, dentre outras.

Oficinas terapêuticas e cooperativas, assim como outras formas de trabalho, são instâncias diferenciadas em função da contratualidade construída para a existência e realização de cada uma em seus acontecimentos cotidianos. Entretanto, essa diferença não produz uma dicotomia, mas antes complementaridade em função da dialogia possível entre ambas as experiências no contexto do projeto terapêutico singular dos que são atendidos pelos serviços de saúde mental em qualquer território nesse país (ANDRADE; da COSTA-ROSA, 2014, p. 37).

Nenhum estudo orientou como realizar a construção de uma iniciativa de geração de trabalho e renda na ES, portanto trouxeram condições essenciais para a incubação desses projetos, que seguem:

1. Formação contínua e permanente para o cooperativismo;
2. Formação contínua e permanente para a autogestão como centralidade em todas as situações que envolvem o processo de incubação (na prática e não apenas em situações formais);
3. Caracterização dos envolvidos no processo de incubação (do grupo, condições de renda, cadeia produtiva, parcerias) para definição dos procedimentos de trabalho;
4. Estudos para definição de atividade econômica: estudo da viabilidade produtiva, exame da cadeia produtiva e do mercado;
5. Busca pela viabilidade econômica de maneira contínua e permanente;
6. Capacitação técnica para o serviço/produção ofertado pelo empreendimento;
7. Capacitar para a autonomia administrativa
8. Buscar a propriedade dos bens de produção;
9. Promover estatuto e regimento interno de maneira participativa, contemplando princípios da economia solidária e cooperativismo (buscando a consolidação de um processo mais preventivo para condutas favoráveis e menos punitivo) (LUSSI; SHIRAMIZO, 2013, p. 30).

Em 2020, foi lançada uma Cartilha de Economia Solidária elaborada pelo Conselho Federal de Economia (COFECON) que orienta a criação e a manutenção de empreendimentos da ES. A Cartilha apresenta como princípios fundamentais da ES: Autogestão, Democracia, Cooperação, o ser humano no centro, emancipação, valorização do saber local, valorização da aprendizagem e cuidado com o meio ambiente. Exemplifica estratégias de planejamento existentes, operacionaliza etapas para a criação de empreendimentos Ecosol e orienta um breve delineamento de gestão financeira (COFECON, 2020).

Em relação ao âmbito jurídico, ela apresenta que os projetos de geração de trabalho e renda vinculados aos princípios da economia solidária podem se constituir dentro do aparato legal da Lei nº 9.867 de 1999, que dispõe sobre a criação e o funcionamento de Cooperativas Sociais, visando à integração social dos cidadãos, e sobre o Código Civil, Lei nº 10.406 de 2002, que define as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos (COFECON, 2020).

Sobre os resultados, apontam que há maior concentração de empreendimentos econômicos solidários vinculados à SM na região Sudeste, o que vai ao encontro de outros artigos de revisão bibliográfica encontrados em busca livre pela literatura. Esse dado pode estar associado ao fato de que na região Sudeste existe uma relação sólida entre os usuários, profissionais e familiares com os movimentos da Reforma Psiquiátrica Brasileira (MAZARO et al, 2020; OLIVEIRA CAMPOS, MORAES REIS, 2020; FRANZOLOSO, FERRO, 2021).

Em relação ao aumento de artigos no recorte temporal de 2011 a 2015, que apresentou 16 artigos dos 20 explorados, pode-se associar ao fato de o país, nessa época, vir de um período de intensos movimentos e investimentos na ES, como é o caso da criação do SENAES em 2003, a Portaria 1.169 de 07 de julho de 2005, que destina incentivo financeiro para municípios que desenvolvam projetos de Inclusão Social pelo Trabalho destinados a pessoas portadoras de transtornos mentais e/ou de transtornos decorrentes do uso de álcool e outras drogas (BRASIL, 2005; MAZARO et al, 2020).

Por fim, entende-se que as concepções de ES devem ser problematizadas e refletidas para dar compreensão aos profissionais, usuários(as) e familiares na fundamentação e direção de projetos, sendo importante a criação de referenciais

teórico-metodológicos que contemplem o modo de atenção psicossocial e estratégias alternativas que promovam a inclusão social dos(as) usuários(as) da SM. As concepções e polissemias de ES e SM são horizontes a serem refletidos, pois essa escolha reflete no alinhamento de projetos. No que se refere aos limites e desafios no cotidiano, a formação técnica e política segue um atenuante a ser pensado, na perspectiva de possibilitar aos empreendimentos econômicos solidários estratégias de formalização para fortalecimento econômico.

CONCLUSÃO

Conclui-se que a descrição das características das produções científicas relativas à economia solidária na saúde mental se dá com as publicações entre os anos de 2006 a 2020, com concentração na região Sudeste do Brasil, com variedades de objetivos e com o predomínio de estudos com a finalidade de traçar a trajetória das políticas públicas envolvendo o trabalho vinculado à ES na SM e refletir a estratégia da inclusão social pelo trabalho e reabilitação psicossocial. Quanto ao método, embora houvesse diversidade, a maioria foi de pesquisa qualitativa cujos participantes predominantes foram usuários(as) da saúde mental. Dentre os profissionais que mais publicaram destacam-se a psicologia e a terapia ocupacional, seguidas da enfermagem. O ponto da RAPS que mais apareceu foi o Centro de Atenção Psicossocial II, embora os estudos tenham trazido uma variedade de dispositivos da RAPS.

No que se refere aos demais achados, a ES no campo da SM diz de um projeto político que está articulado à estrutura e à economia política. Logo, as concepções de economia solidária, geração de trabalho e renda, empreendimentos solidários e cooperativas sociais são fundamentais para que cada ação-estratégia desta tenha seu lugar e função dentro do processo como um todo. Isso porque importa que as concepções sejam direcionadas e alinhadas com a Reforma Psiquiátrica, a reabilitação psicossocial e se mostrem vinculadas a projetos emancipatórios. Quanto aos sentidos e significados da economia solidária para o campo da saúde mental e álcool e outras drogas, estes foram plurais e heterogêneos. O importante é que haja reflexão e participação equitativa e paritária nas tomadas de decisões para que se tenha um vínculo de pertencimento e identidade coletiva. No que se refere aos limites e desafios do cotidiano na implementação da economia solidária, a formação técnico-política

dos(as) envolvidos(as) — gestores(as), trabalhadores(as), usuários(as), familiares e estudantes — se coloca como uma estratégia permanente a todo o processo.

Por fim, identificou-se a enfermagem também como promotora e produtora científica no campo da ES e SM. Sugere-se para a enfermagem o engajamento técnico-político, na relação ensino-serviço, para que atividades de assistência, gestão, ensino, pesquisa e extensão possam ocorrer com essa temática e produções científicas possam ser publicadas e ampliadas.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, M. C. et al. Loucura e trabalho no encontro entre saúde mental e economia solidária. *Psicologia: Ciência e Profissão*, Brasil, v. 33, n. 1, p. 174-191, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1414-98932013000100014>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

BARFKNECHT, K. S.; MERLO, Á. R. C.; NARDI, H. C. Saúde mental e economia solidária: análise das relações de trabalho em uma cooperativa de confecção de Porto Alegre. *Psicologia & Sociedade*, Porto Alegre, v. 18, n. 2, p. 54-61, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822006000200008>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

BARRETO, R. de Oliveira; LOPES, F. T.; PAULA, A. P. P. de. A economia solidária na inclusão social de usuários de álcool e outras drogas: reflexões a partir da análise de experiências em Minas Gerais e São Paulo. *Cad. Psicol. Soc. Trab.*, v. 16, n. 1, p. 41-56, 2013. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-37172013000100005. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

BONADIO, A. N.; SILVEIRA, C. Economia solidária e reabilitação vocacional no campo da drogadição: possibilidades e limites das práticas atuais. *Saúde e Sociedade*, Brasil, v. 22, n. 1, p. 99-108, 2013. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0104-12902013000100010>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

BRASIL. Constituição (2011). **Portaria nº 3.088, de 23 de dezembro de 2011**. Institui a Rede de Atenção Psicossocial para pessoas com sofrimento ou transtorno mental e com necessidades decorrentes do uso de crack, álcool e outras drogas, no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS).

CAMPOS, I. de O. C.; MAGALHÃES, Y. B.; KIKUCHI, P.; JABUR, P. D. A. C.; REBOUÇAS, F.; PINHEIRO, G. M. Saúde mental e economia solidária: a experiência de usuários e trabalhadores de um CAPS II. *Cad. Ter. Ocup. UFSCar*, São Carlos, v. 23, n. 2, p. 411-415, 2015. DOI: <https://doi.org/10.4322/0104-4931.ctoRE0523>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

CAMPOS, I. O.; REIS, R. M. Economia solidária, saúde mental e inclusão: uma revisão da literatura. *Interinstitutional Brazilian Journal of Occupational Therapy*,

Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 674-687, 2020. DOI: <https://doi.org/10.47222/2526-3544.rbto28134>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

FERREIRA, G. Economia Solidária no Brasil como ferramenta de acesso social e econômico para comunidade. **Trabalho de Conclusão de Graduação** do Curso em Ciências Econômicas do Centro Socioeconômico da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Ciências Econômicas. Florianópolis, SC, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/237415>. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

FERNÁNDEZ, M. E.; GAVIGLIO, G. A.; ADUR, S. G. Un análisis sobre la participación en emprendimientos productivos en salud mental en el marco de la economía social en ciudad de Buenos Aires, Argentina. **Revista Chilena De Terapia Ocupacional**, v. 12, n. 2, 2012. DOI: <https://doi.org/10.5354/0719-5346.2012.25306>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

FRANZOLOSO, C. L. S.; FERRO, L. F. V. Economia Solidária e Saúde Mental: Problemáticas e estratégias para a inclusão social de pessoas em sofrimento mental. *Research, Society and Development*, v. 10, n. 7, e57710716924, 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.33448/rsd.v10i7.16924>. Acesso em: 02 de novembro de 2022.

FILIZOLA, C. L. A.; TEIXEIRA, I. M. C.; MILIONI, D. B.; PAVARINI, S. C. I. Saúde mental e economia solidária: a família na inclusão pelo trabalho. **Rev Esc Enfermagem USP**, Brasil, v. 45, n. 2, p. 418-425, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200017>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

GAIGER, L. I. G. A reciprocidade e a instituição plural de mercados: um prisma para entender o papel histórico da Economia Social e Solidária. **Nova Economia** [online], v. 31, n. 01, p. 157-183, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-6351/5787>. Acesso em: 02 de outubro de 2022.

GANONG, L. H. Integrative reviews of nursing. *Rev. Nurs Health*, v. 10, n. 1, p. 1-11, 1987.

KINKER, F. S. Enfrentamentos e construção de projetos de trabalho para a superação da laborterapia. **Cadernos Brasileiros de Terapia Ocupacional**, Brasil, v. 22, n. 1, p. 49-61, 2014. DOI: <https://doi.org/10.4322/cto.2014.006>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

LIMA, I. B.; SILVA, J. E.; CRUZ, S. S. Políticas públicas de saúde mental e economia solidária: construção de uma nova concepção. **Revenferm UFPE online**, Recife, v. 7, n. 3, p. 1008-1015, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5205/1981-8963-v7i3a11569p1008-1015-2013>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

LOUZADA VILLARINHO, D. R.; SILVA DE CARVALHO, A. C.; CABRAL DE LACERDA, A.; RIBEIRO CARDOSO, D.; DOS SANTOS FERREIRA, R. G.; DE ALMEIDA PERES, M. A. Residência multiprofissional em saúde mental: atuação de enfermeiros no processo de ensino-aprendizagem. *Nursing*, São Paulo, v. 25, n. 290, p.

8195-8206, 2022. DOI: <https://doi.org/10.36489/nursing.2022v25i29op8195-8206>. Acesso em: 14 de novembro de 2022.

LUSSI, I. A. O.; MORATO, G. G. O significado do trabalho para usuários de serviços de saúde mental inseridos em projetos de geração de renda vinculados ou não ao movimento da economia solidária. **Cad. Ter. Ocup. UFSCar**, São Carlos, v. 20, n. 3, p. 369-380, 2012. DOI: <http://dx.doi.org/10.4322/cto.2012.03>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Social companies and solidary economy: perspectives for the work inclusion of individuals with mental disorders. **Rev Esc Enferm USP**, Brasil, v. 45, n. 2, p. 503-509, 2011. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0080-62342011000200030>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.

LUSSI, I. A. O.; PEREIRA, M. A. O. Concepções sobre trabalho elaboradas por usuários de saúde mental envolvidos em projetos de inserção laboral. **Rev Ter Ocup Univ São Paulo**, São Paulo, v. 24, n. 3, p. 208-215, set./dez. 2013. DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.2238-6149>. Acesso em: 26 de outubro de 2022.